



AMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 114/2002	DATA: 13/3/2002
INÍCIO: 15:40	TÉRMINO: 17:03	DURAÇÃO: 1:23
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1:26	PÁGINAS: 49	QUARTOS: 18
REVISÃO: Leine, Madalena, Sílvia, Waldeciria, Zilfa		
SUPERVISÃO: Maria Luiza, Zuzu		
CONCATENAÇÃO: Débora		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apresentação de dois vídeos sobre entrevista do Deputado José Aleksandro à TV Rio Branco.

OBSERVAÇÕES: Há exibição de vídeos.  
Há falhas na gravação. (págs. 40,48)  
Há oradores não identificados.  
Há termos ininteligíveis.  
Há falta de textos (pág. 42) e excesso de textos (pág. 50)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Thomaz Nonô) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião ordinária.

Solicito à Secretária que proceda à leitura da ata da reunião anterior.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** – Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Thomaz Nonô) – Atendendo à solicitação do Deputado Vicente Caropreso, fica dispensada a leitura da ata da reunião anterior, uma vez que a mesma foi distribuída aos Deputados presentes.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Srs. Deputados, a sessão de hoje foi convocada para o fim específico de assistirmos a algumas das fitas que integram o material de prova. A Presidência, na sessão de ontem, como se recordam, fez o devido esclarecimento de que as fitas em epígrafe se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares, motivo pelo qual não exigiríamos **quorum** qualificado para a sessão de hoje. O Sr. Relator comunicou à Presidência que, como já assistiu às fitas, foi à Comissão de Segurança.

Antes de iniciarmos a exibição, comunico-lhes que este Conselho recebeu consulta formulada pelo Deputado Dr. Gomes sobre procedimentos deste órgão no caso de parecer em favor do arquivamento do processo. Uma das funções do Conselho é exatamente responder a perguntas de Parlamentares. Entretanto, ocorre nessa consulta uma circunstância especialíssima. O Deputado em questão já não mais é Parlamentar. S.Exa. formulou a consulta na semana passada, mas renunciou



ontem ao mandato. Designei Relator o nobre Deputado Waldir Pires Relator, a quem passarei a consulta, após submeter à apreciação da Assessoria Jurídica da Casa para examinar se há condições de tramitação da consulta, uma vez que o consulente não mais está no gozo do seu mandato parlamentar. Portanto, determino à Secretaria as providências de praxe.

Assistiremos a duas das fitas que foram apontadas como mais relevantes na sessão de ontem, quando o Deputado José Aleksandro prestou o seu depoimento. Torno a dizer que as fitas se referem basicamente a programas do Deputado José Aleksandro, enfim, vieram acostadas na representação formulada pela Mesa da Câmara dos Deputados por inspiração do parecer do Corregedor, Deputado Barbosa Neto.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – A fé é uma conquista difícil, que exige combates diários para ser mantida.

Boa noite. Sou Antonio Muniz. Sem medo e sem segredo começo agora, na **TV Rio Branco**, líder em audiência, mais um **Canal Verdade**, nesta bela noite de terça-feira. No programa de hoje, excepcionalmente, teremos apenas um entrevistado, o ex-Vereador e Deputado Federal do PFL do Acre, José Aleksandro, que vem fazer um balanço deste primeiro mês de atuação parlamentar como nosso representante em Brasília, bem como falar sobre a suposta ameaça de morte que teria feito ao Governador Jorge Viana, do PT, e sobre esse problema envolvendo a Câmara Municipal. Trata-se de uma entrevista importante e desde já peço aos telespectadores atenção para conferir todos os detalhes.



Após os comerciais, iniciaremos a entrevista com o Deputado Federal José Aleksandro.

*(Intervalo.)*

**O SR. ANTONIO MUNIZ** - Voltamos com o **Canal Verdade**, da **TV Rio Branco**. Desde já, muito obrigado pela audiência. Tenho o prazer de conversar agora, com exclusividade, com o Deputado Federal José Aleksandro, que veio a Rio Branco resolver problemas particulares e voltará de imediato. O **Canal Verdade** não marcou e foi à procura do Deputado para fazer esta entrevista exclusiva.

Boa-noite, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Boa noite.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – É um prazer recebê-lo no **Canal Verdade**.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – O prazer é nosso por estarmos aqui mais uma vez.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – O senhor veio rapidamente para resolver problemas particulares e terá de voltar a Brasília, mas aproveitamos a oportunidade para fazer esta entrevista. Tenho certeza de que o senhor tem muito a falar ao povo acreano, sobretudo àquelas pessoas que lhe apoiaram e que acreditaram em suas propostas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Quero agradecer-lhe a oportunidade. Vim resolver um problema familiar. Meu filho está com problemas. Vim conversar com ele e ajudar a mãe dele a resolver um problema de escola, e retorno à Brasília logo depois.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Temos muitos assuntos a discutir. Será uma entrevista prolongada. Antes quero que o senhor faça um rápido balanço daqueles



dias que sucederam à sua posse, sobretudo aquela semana em que o senhor passou por momentos extremamente difíceis.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Antonio Muniz, telespectadores que nos assistem, começaria agradecendo a Deus. Se não fosse Deus, com certeza não teria vencido aquela batalha em que todos os meus inimigos políticos, juntamente com as informações que levavam para a mídia nacional, tentavam mostrar que à Câmara Federal estaria chegando um bandido, um homem ligado ao narcotráfico, a grupo de extermínio, um homem altamente perigoso e nocivo ao Congresso Nacional.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Iniciei o programa dizendo que a fé realmente é difícil de ser mantida e exige combates diários, e o senhor está tendo esses combates diariamente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Com certeza absoluta. Então, primeiro tenho que agradecer a Deus. Só Deus, na sua essência, na sua grandeza e no seu amor, fez com que eu mostrasse o outro lado e me deu essa oportunidade. Em segundo lugar, gostaria de agradecer ao meu advogado, Dr. Rui Duarte, homem que levou à Justiça do Acre, ao Supremo Tribunal Federal, com conhecimento jurídico básico, minha defesa junto a essas instituições. Então, à Justiça do meu Estado e à Justiça Federal devo também os meus agradecimentos.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Deputado, honestamente falando, naqueles momentos difíceis, principalmente quando a imprensa nacional lhe elegeu para fazer um sensacionalismo condenável, o senhor não chegou, em alguns momentos, a pensar em renunciar ao mandato e voltar ao Acre?



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Antonio Muniz, tomei posse na sexta-feira, dia 24 de setembro, um dia em que em Brasília não tem muito movimento, pois os Deputados já estão nas suas regiões.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Não há sessão deliberativa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Não. Tomei posse numa sexta-feira, às 10 horas da manhã, em que a sessão da Câmara é conduzida por cinco ou seis Deputados, visto que não há exigência da presença dos Deputados. Foi uma sessão simples.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Aliás, Brasília, nos finais de semana, fica despovoada.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Estava lá toda a imprensa nacional. Era um novo mundo, uma Casa diferente, um lugar grande, que eu não conhecia. A imprensa toda estava me aguardando, em virtude das informações que foram levadas por procuradores do Ministério Público, Senadores da República ligados ao Partido dos Trabalhadores e pela bancada do PT. Quer dizer, passaram informações sobre as quais terei oportunidade de falar.

Passsei seis horas prestando depoimento na CPI do Narcotráfico. Só para se ter uma idéia, passaram a informação de que eu era dono de avião, de apartamento em Fortaleza, de fazenda com 12 mil cabeças de gado, de chácaras onde pousavam helicópteros. Quer dizer, estavam aguardando o homem mais rico do Acre, uma pessoa que dirigia o Estado do Acre, a Justiça do Acre, todas as operações difíceis e importantes do Estado do Acre. Era essa a pessoa que estavam aguardando. Enfrentei seis horas de depoimento na CPI do Narcotráfico. Devo, Antonio Muniz, novamente agradecer a meu Deus. A única coisa que disseram é que eu faltei com a



verdade, porque na minha declaração de Imposto de Renda, que autorizei a trazer para a CPI do Narcotráfico, não havia declarado uma chácara, um terreno, uma casa e um carro.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** - Esses são seus bens?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** - Esses são meus bens. Disse que tinha isso, que não estava na minha declaração de Imposto de Renda. A Câmara, quando pediu a minha declaração de Imposto de Renda, pediu a minha, não pediu a da minha esposa. A minha casa está no nome da minha esposa e está declarada no Imposto de Renda dela. A chácara, o carro que eu comprei do Dr. Matias, que é o Procurador do Estado do Ministério Público, eu comprei agora em 99, não podia estar declarado. O terreno que eu tenho aqui em Rio Branco, medindo 13 por 30 de fundo, também comprei em 99 e não podia estar na minha declaração de Imposto de Renda.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Só a partir do próximo ano?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Só a partir do próximo ano. Então, não houve como aquele pedido ter fundamento nenhum para se abrir processo contra mim.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** - Aliás, não foi nem aberto, então, o processo de cassação?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Não. Houve um pedido, em virtude de dizer que eu tinha mentido na CPI do Narcotráfico. Eu mandei um documento para o Presidente. Ele encaminhou para o Corregedor. O Corregedor nunca me citou, nunca abriu processo e não tomou nenhuma providência. Agora, necessário se faz — e tenho lutado para isso, assim como lutei aqui no Acre —,



necessário se faz, repito, e já pedi ao Presidente da Câmara, já pedi ao Líder do meu partido, que haja o pedido do Supremo Tribunal Federal para a Câmara, porque eu quero responder. Não quero, como disse lá no meu primeiro discurso na Câmara Federal, eu não preciso de imunidade parlamentar para responder por qualquer ato meu. Eu estou abrindo mão. A imunidade não é minha. Por isso que eu pedi à Câmara Federal: não quero imunidade, quero que o Supremo Tribunal Federal solicite da Câmara autorização para tocar esse processo da Câmara Municipal de Rio Branco, porque é um processo viciado, um processo que já foi provado que foi com fita, uma fita gravada, e sei quem foi a pessoa que gravou. Foi um rapaz chamado Joílson. Ele recebeu seis mil reais de uma pessoa do Governo.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – O senhor não sabe o nome dessa pessoa?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – A pessoa do Governo?

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Quem é o Presidente da Comissão de Licitação?

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – O Dudé?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – O Dudé. O Dudé foi quem pagou seis mil reais a esse Joílson. O Dr. Cosmo procurou o Paulinho Santiago, que era da Secretaria de Administração. Hoje, nesse processo, o Paulinho pediu a diferença salarial de DAS — me parece que no valor de oitenta mil reais — prometeram, para esse Paulinho depor contra mim, pagar esse processo dele. Foram na casa de um outro rapaz chamado Ximenes.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Mas eles não tinham obrigação de pagar?





**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Mas só pagariam se o rapaz depusesse contra mim. E foram na casa de um rapaz chamado Ximenes, prometeram um emprego no Governo. Foram à casa do Jairo Carioca, prometeram um emprego no Governo.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Isso ele falou . O Jairo falou.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Falou, inclusive falou para você, falou já publicamente, deu declarações publicamente, tudo dentro de uma armação, de uma sintonia total. Então, por que vou ter medo de responder com relação a isso? Eu vou fazer questão, nesse ano de 2002, de ver, no Supremo Tribunal Federal, esse processo com um fim. E eu quero que o Supremo Tribunal Federal dê uma posição para a sociedade com relação a isso: se eu sou culpado ou se eu sou inocente. Se eu for culpado, vou pagar pelos meus erros. Agora, se eu for inocente, vou voltar aqui para o Acre, e, assim como eu já tenho... Olha, Antonio Muniz, nesse processo todo eu já processei o Juiz...

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – O Juiz Clóvis. O que decretou sua prisão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – O que decretou a minha prisão. Por que ele decretou a minha prisão preventiva? Porque disse que eu estava ameaçando uma testemunha, que era o Jairo da Silva Carioca. Nunca ameacei o Jairo da Silva Carioca. Eu me dou com a família, me dou com eles, me dou com o Jairo. Nunca. Muito pelo contrário, esse rapaz estava sendo pressionado pelo Ministério Público. Então, representei contra o Juiz junto do Conselho da Magistratura aqui no Estado.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Clóvis Cabral, não é? Pode ter algum Juiz com nome Clóvis.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Clóvis Cabral. Hoje ele responde a um processo.

Representei contra os doze sindicatos que soltaram um panfleto contra mim na cidade, dizendo: “*A quadrilha está se unindo*”. Aí colocou o nome do Orleir, colocou o nome de outras pessoas, e o meu estava lá, inclusive com a fotografia. Então, representei, corre um processo na Justiça...

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Aliás, Deputado, não atrapalhando o seu raciocínio, eu gostaria de fazer um pedido publicamente. O nosso sindicato também está envolvido nessa história do Comitê contra a Impunidade, porque eles procuraram o nosso presidente, o Raimundo Afonso, da **TV Acre** e, àquela altura do campeonato, acho que qualquer sindicato que realmente não quisesse entrar nessa cruzada contra a criminalidade, contra a violência, contra a corrupção seria realmente malvisto. Então, o sindicato aceitou entrar, só que o Afonso, quando viu que a coisa estava pendendo mais para o lado da politicagem, ele recuou. Só que aí já estava acionado judicialmente.

Eu queria fazer um pedido publicamente ao senhor: para retirar — pelo menos com relação ao Sindicato dos Jornalistas, até porque a gente faz parte dele também — o SIJAC, porque, na verdade, nós pegamos uma carona.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Eu prometo, de todo o coração, que analisarei o pedido com a maior frieza possível. Acredito que eu devo também conversar com o presidente do sindicato e até, se for possível, retirar. Mas eu representei contra os doze sindicatos, porque, no panfleto, estavam os doze sindicatos.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Estavam.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** - Apesar de que eu também acho que a sociedade tem que se mobilizar para questões de crimes hediondos, para questões várias que a sociedade... Mas, para fazer politicagem, não; para usar o nome de pessoas, para denegrir a imagem, não. A Justiça está aí, a Justiça tem que cobrar com relação a isso. Porque, com relação a esse Comitê da Impunidade, que vem fazendo um trabalho, já desrespeitaram o Tribunal de Justiça do Acre, já desrespeitaram o Tribunal de Contas. É um comitê que foi criado por basicamente duas pessoas. Usam o nome de doze sindicatos, mas basicamente duas pessoas: a Perpétua, que é esposa do Edvaldo Magalhães, e o Jair, que é esposo da Deputada Naluh Gouveia. O Jair é candidato a Vereador, está fazendo tudo isso para a campanha dele. E a Perpétua, a mesma coisa, fazendo a campanha dele em cima dessas coisas bonitas de que toda a sociedade tem que se organizar. Então, estão levando vantagem em tudo isso, mas estão levando no bojo muitas pessoas.

Representei contra esses doze sindicatos. Representei, fiz três queixas-crimes — e estão aqui os processos no Tribunal de Justiça do Acre — contra o Promotor Cosmo de Souza.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Mas por quê?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** - O Cosmo de Souza eu representei porque o Cosmo — já falei aqui uma vez no seu programa — foi ao lado do Ministério Público, passou fax com informações contendo inverdades com relação a mim; disse que eu era processado no Ceará. Eu procurei juntar as certidões do Ceará, juntar certidão aqui do Acre e mostrar, quando cheguei ao Sul do País, que aqueles crimes eu nunca tinha praticado.



**O SR. ANTONIO MUNIZ** - Aliás, Deputado, sem segredo: o senhor, de fato, não está sendo processado nem no Ceará nem aqui no Acre?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** - Nunca fui processado no Ceará, nunca respondi a um processo no Estado do Acre. O único processo a que eu respondi, respondo no Estado do Acre...

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Está respondendo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** - Respondi, não. Não fui nem citado ainda. Porque eu tomei posse dia 24 e a nossa defesa prévia aconteceu no dia 23. Então, foi agora, nesse episódio do Governo do Estado. O Governador do Estado perdeu para mim e para Câmara Municipal a primeira eleição na Mesa Diretora; perdeu a segunda eleição na Mesa Diretora — aí, você é testemunha, a sociedade todinha viu, todo o mundo foi lá para dentro; perdeu mais uma vez lá dentro a eleição, duas vezes para nós. Eu fui para os meios de comunicação e denunciei, àquela época, o Governo do Estado, denunciei o Sr. Governador de estar fazendo caixa utilizando o PT. Quando ele aumentou o número de DAS, aumentou também os valores. E mostrei quanto é que arrecadaria: doze milhões nos quatro anos. Seria o partido mais (*Ininteligível*). Então, o único processo a que respondo até hoje é este do Ministério Público na Câmara.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Aliás, o senhor mantém essas denúncias ou o senhor pensa diferente?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Eu mantenho, não tiro nenhuma. E tenho lido alguma coisa com relação ao Governador do Estado, ainda se posicionando com relação à Câmara, que disse que até hoje não encontraram nada.



**O SR. ANTONIO MUNIZ** – O senhor tem consciência, Deputado, de que o senhor não está cometendo nenhuma injustiça com relação a essas denúncias?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** - Eu tenho absoluta certeza. Olha, Antonio Muniz, você veja quanto custava um DAS-1: de 512 reais passou para 1.200 reais. Só tinha um DAS-4 no Estado. Só tinha um DAS-4 no Estado.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – No Arquivo Geral?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Eram 800 reais. Passou para sessenta DAS, custando cada DAS, 3.000 reais aos cofres do Estado. Isso é dinheiro da população. Então, esse dinheiro retorna 30%, até 30%, 20 a 30%, para os cofres do PT de cada filiado, porque eles passam para o partido.

Então, o Governador foi para os jornais e declarou, escreveu, que ele só via essa situação esclarecida na Câmara quando fosse quebrado o sigilo bancário.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – É isso que eu ia perguntar: e na sua opinião, o que o senhor tem a dizer sobre isso? Ele diz o seguinte: "Olha, a hora que a gente conseguir quebrar o sigilo bancário, a gente pega ele".

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** - Eu fui para a tribuna da Câmara Federal, levei os ofícios. Fiz um ofício ao Banco Real, no qual eu tive conta, tenho conta; fiz um ofício para a Caixa Econômica e outro para o Banco Excel, o antigo Excel, agora, Bilbao, solicitando informações dos dez últimos anos. Nunca tive conta durante esses dez últimos anos, mas tudo que estivesse nos bancos, desde o Banco do Brasil, porque fiz ofício também para o Banco do Brasil, nos dez últimos anos, pedi para ser informado para a Câmara Federal. E decidi que o Sr. Governador do Estado pode marcar o dia e o lugar aqui em Rio Branco, no Estado do Acre, em qualquer Município, para eu abrir o meu sigilo bancário dos dez últimos anos. Eu só



quero que ele abra, já que eu fiz também uma denúncia, o sigilo bancário do Partido dos Trabalhadores, e abra, desde a época da campanha, o sigilo bancário dele. Eu vou dos dez últimos anos, e só quero de um ano dele, para também esclarecer o caso Consilux, que diz que o Governador do Estado — isto é público e notório —, o ex-Governador do Estado teria desviado dinheiro para campanha de Jorge Viana. Será que foi depositado na conta dele, na conta do partido dele? Todas essas dúvidas eu gostaria de tirar, e a sociedade também gostaria de tirar.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** - O senhor acredita também nisso, ou apenas é uma conversa fiada?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** - Eu estou abrindo mão dos meus dez anos de sigilo bancário; eu só quero que ele abra, para que nós deixemos isso para a sociedade, eu e ele, se ele quiser. Já que ele tem essa dúvida com relação a mim, eu tenho várias dúvidas com relação a ele.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** - Já que a gente está mergulhando fundo no assunto, Deputado, a oposição ao senhor e a Mesa Diretora da Câmara, embora o senhor hoje não faça parte, mas à época era o 1º Secretário, portanto, umas das maiores autoridades do ponto de vista financeiro, há denúncia de que a Câmara teria financiado o chamado crime organizado, ou seja, pistoleiros. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Que o Governador, quando diz isso, ele está sendo irresponsável. Irresponsável.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** - Mas não é só o Governador, não

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** - Quem é que disse mais? Eu só ouvi...



**O SR. ANTONIO MUNIZ** - A Líder da bancada do PT, o próprio Líder do Governo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – É o Governador, porque tudo o que eles fazem é orientado dentro de uma reunião, e ali só tem um mentor, chama-se Jorge Viana. O mentor chama-se Jorge Viana. Então...

**O SR. ANTONIO MUNIZ** - O próprio Vereador Monteiro...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** - É um teleguiado do Governador na Câmara, então, é o Jorge Viana. Não adianta, eu não vou aqui me (*Ininteligível*), porque o meu negocio é com relação ao Jorge Viana. O Jorge Viana é que é o mentor intelectual. Você pode observar que ele tentou de todas as formas; quando ele não conseguiu, ele veio ele mesmo.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** - Verdade, começou pelo Vereador Monteiro, depois foi para a Deputada Naluh, Deputado Edvaldo...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Eu sempre disse que ele estaria por trás. Ele tentou com o Ministério Público, tentou com o Monteiro, tentou com a Naluh, tentou com o Edvaldo, tentou com todo o mundo, mas depois ele veio. Ele veio, ele mostrou que ele era o interessado básico por tudo. Mas está aí o Tribunal de Contas do Estado. No Tribunal de Contas do Estado está o balanço de 1997, o balanço de 1998. Estão lá no Tribunal de Contas. Por que o Governador não faz um ofício ao Presidente do Tribunal de Contas e diz: eu quero saber com detalhes a quem foi que a Câmara pagou, o que foi que a Câmara pagou, se lá tem algum crime organizado, se houve pagamento de crime organizado, ou alguém de crime organizado. Então, por que ele não vai ao Tribunal de Contas? As contas da Câmara



estão no Tribunal de Contas. É coisa mais simples do que viver fazendo denunciamento.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – O senhor também foi acusado de ter tramado a morte do ex-Secretário de Finanças da Prefeitura, Walter Lúcio Campelo. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – A mesma coisa que eu disse lá na CPI do Narcotráfico. Minhas diferenças político-partidárias são diferenças no campo das idéias. Eu jamais, em nenhum momento de minha vida, graças a Deus, pensei em tirar a vida de um ser humano, pensei fazer mal a um ser humano, em lhe tirar a vida ou lhe prejudicar.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** - Aliás, as duas testemunhas ouvidas no caso ignoraram, então, a sua participação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Mas, com certeza, eu nunca sentei com bandido, nunca sentei com ninguém, nunca sentei com cidadão em canto nenhum da minha vida, em nenhum estágio da minha vida, para tramar sobre a vida de ninguém. A questão do Dr. Walter Lúcio Campelo, quando era Secretário de Finanças, uma única diferença que ele atingiu com relação à Câmara, eu coloquei uma nota oficial pública, com relação a...

**O SR. ANTONIO MUNIZ** - Isso logo no início do ano?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – No início do ano. Então, nunca tive assim nenhuma diferença com relação a ele, nunca teve disse-que-disse, e essa questão me parece que já está quase esclarecida, com vários depoimentos de pessoas.





**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Com certeza. O Governador também prestou queixas contra o senhor e contra o empresário Narciso Mendes. Segundo o Governador, vocês dois teriam tramado a morte dele, ou seja, queriam matar o Governador. O que o senhor tem a dizer com relação a essa denúncia, levando em conta que ela está baseada num depoimento feito ao Ministério Público por uma ex-empregada, uma ex-secretária de sua casa, a D. Marluce Andrade?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Eu tive a oportunidade de ler o depoimento dessa senhora que trabalhou alguns meses lá em casa.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** - Vamos fazer o seguinte: eu quero que o senhor responda essa pergunta no próximo bloco, está bom?

Continue com o **Canal Verdade**; já, já tem mais novidades.

*(Intervalo.)*

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – **Canal Verdade**, de segunda a sexta-feira, sempre depois do **Jô Soares Onze e Meia**, aqui na **TV Rio Branco**, num oferecimento da Telesil, da Telecom, da Elegance Modas e também do *(ininteligível)*.

Eu tenho o prazer de voltar a conversar, com exclusividade, aqui na **TV Rio Branco**, com o Deputado Federal José Alex. Ou seja, a exemplo do que fizemos na última quarta-feira, quando saímos na frente e entrevistamos, em primeira mão e com exclusividade, o delegado *(Ininteligível)*, que gerou aquela polêmica toda, nós estamos aqui, mais uma vez, agora, desta feita, com o Deputado José Alex, levando até você informações de primeira linha, porque você é o responsável pelo nosso sucesso, você realmente é quem faz o sucesso e merece toda a nossa atenção, merece toda a nossa dedicação.



Deputado, com relação à pergunta anterior, pode ficar à vontade para respondê-la.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Eu tive a oportunidade de ler o depoimento dessa senhora que trabalhou na minha casa, que inclusive saiu numa situação delicada: roubou, lá de casa, umas jóias da minha esposa e, então, desapareceu. Para aparecer foi uma luta. Nós tivemos que mandar nosso assessor lá na casa dela. Então, saiu numa situação delicada, assim como saiu da casa de uma juíza daqui de Rio Branco, a Dra. Maria Maia. Também nós tivemos informação de que ela passou por lá e saiu por roubo também, e saiu da casa de uma outra senhora e responde também a um processo aqui em Rio Branco, me parece que por maus-tratos a crianças, e responde a um processo também — nós mandamos verificar — fora, em outro Estado. O Dr. Rui Duarte já está levantando a ficha dela.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Então, que me perdoe a D. Marluce, mas ela é muito mais que uma secretária do lar, é muito mais que uma empregada doméstica.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Com certeza.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – E sabe muita coisa, também. Ela sabe com precisão os preços daqueles utensílios, daqueles apetrechos todos de uma piscina. Porque eu me considero uma pessoa mais ou menos informada, mas, com certeza, não sei o preço de uma cadeira, ou seja, daquilo que faz parte realmente de um parque aquático. Mas ela sabia com precisão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Então, eu expliquei aqui no início da entrevista que o Governador Jorge Viana determinou, inclusive, que fossem visitadas algumas pessoas ligadas a mim e essas pessoas fossem colocadas à



prova, pedindo que depusessem contra mim. Por exemplo, na casa do Sinésio, que era o único DAS-4 do Governo Orleir Cameli. Só tinha um, e era ele.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Era o Chefe do Departamento de Arquivo Geral.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Do Arquivo Geral do Estado. Você sabe, foram a Socorro, ex-Presidente do PT, juntamente com a Almerinda e mais outras pessoas, na casa do Sinésio, a mando do Governador Jorge Viana. E chegando lá, foram oferecer para o Sinésio — o PT no *(ininteligível)* — auxílio, e ainda o levaram a algumas secretarias para ele vender para o Governo do Estado... Tudo o que eles queriam era que ele falasse com relação a mim. E o Sinésio, um cara muito tranqüilo e pacato, disse: “Não, com relação a isso, se vocês quiserem me ajudar, me ajudem, mas dizer alguma coisa contra o Alex eu não vou, porque eu não sei”. Então, eles tentaram de todas as formas, até que encontraram essa jovem, essa Marluce. Tentaram com o Paulinho Santiago — eu volto a afirmar — tentaram com o Ximenes, e até que encontraram essa Marluce, uma senhora que, infelizmente, não tem a capacidade profissional técnica e de trabalho de uma mulher, de uma pessoa que possa levar uma vida... de uma pessoa então que se deixa levar por qualquer dinheiro.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Que se emociona fácil.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – E dinheiro mesmo. Dinheiro. Assim como eles deram para o Joílson gravar uma fita contra mim. Deram dinheiro à D. Marluce.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Aproveitando, quem é Joílson, na história?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – É o rapaz que gravou a fita para o Ministério Público, contando um monte de mentiras.



**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Não é ex-funcionário seu?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Já trabalhou ligado a mim, me parece, em campanha. Em época de campanha sempre estava por ali por perto.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Voltando à Marluce, então.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Então, foi pago para gravar essa fita, e anonimamente falando.

Então, a D. Marluce deu esse depoimento, dizendo que o ex-Deputado e empresário Narciso Mendes esteve várias vezes na minha casa, almoçava e jantava na minha casa, que lá em casa ele sempre estava, que era um amigo muito íntimo. Apesar de eu ter um respeito muito grande pelo Narciso Mendes... Até, sinceramente, se o Narciso fosse uma pessoa de freqüentar a minha casa, jantar e almoçar, eu ficaria até muito satisfeito, porque eu gosto de conversar com o Narciso Mendes, mas, infelizmente, Narciso nunca almoçou e nunca jantou na minha casa. E ela citou mais: disse que o Narciso foi lá e meu irmão, Nin, o Alexandre, que cometeu um crime e responde por ele — já foi julgado e condenado —, estava lá em casa comigo e com o Narciso. O Narciso Mendes não conhece, com certeza absoluta, esse meu irmão, Alexandre, porque eles nunca estiveram juntos. Então, aquela cena que ela descreveu naquele depoimento nunca existiu. O Narciso nunca disse aquelas palavras que ela disse, e aquele assunto nunca foi tratado dentro da minha casa.

Do Governador Jorge Viana eu quero dizer que eu quero o Governador Jorge Viana vivo. Vivo. Inteligente, do jeito que ele é. Inteligente, do jeito que ele é, mas eu o quero vivo, governando os quatro anos o Estado do Acre, cumprindo com aquilo que ele disse que ia cumprir.



Aproveito a oportunidade para dizer: se a questão da saúde está boa, se a população está gostando, que vote no Jorge Viana nas próximas eleições, agora no ano 2000, nos candidatos que ele indicar. Se você, cidadão, está empregado — que ele disse que ia empregar —, se o senhor está com emprego, já recebeu emprego, desses 40 mil empregos a que ele se referiu, então que você vote nos candidatos dele e continue votando no Jorge Viana. Se a questão da educação melhorou — e eu acredito que até melhorou mesmo, para alguns; pelo menos a vida está melhorando para alguns... Porque na época em que o cidadão Jorge Viana, Governador do Estado, foi a uma delegacia dar uma queixa contra o empresário Narciso Mendes e contra o Deputado Federal José Aleksandro dizendo dessa trama, fazia um mês, um mês que essa Marluce tinha dado esse depoimento no Ministério Público.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Não, tinha 42 dias, mais de um mês.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Fazia mais de mês.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – É.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Então, fazia 42 dias que ela tinha dado esse depoimento.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – É verdade.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Mas depois de 42 dias, o cidadão Jorge Viana, Governador do Estado do Acre, estava vivendo o primeiro dilema, que era o dilema do roubo no seu Governo.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Roubo no Governo?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – No Governo, que é aquele caso da Secretaria da Educação...



**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Ah, da Educação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – ...denunciado aqui e nos meios de comunicação do Acre, na Assembléia Legislativa e tudo o mais. Então, ele estava vivendo aquela polêmica. E a saída dele foi criar impacto que chamasse a atenção das pessoas, da população para aquele fato de o Governador estar sendo ameaçado, e não que fosse observada a questão do roubo lá da Secretaria da Educação.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Ou seja, mais de quarenta dias para ele tomar a iniciativa. Nesse caso, Deputado, se acontecesse com o senhor, por exemplo, o senhor levaria esse tempo todo para prestar queixa?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – O Governador Jorge Viana recebeu, no outro dia, um ofício do meu gabinete, no Gabinete dele, por fax, dizendo isso que eu afirmei: "Governador, isso nunca aconteceu; esse fato nunca aconteceu. Eu quero o senhor vivo, bonzinho, com saúde, para governar o Estado do Acre e cumprir com as suas obrigações de campanha". Recebeu um fax meu. Três dias depois, ele colocou uma nota oficial em todos os jornais da cidade, dizendo que eu e o Narciso Mendes éramos conhecidos da sociedade; que eu era envolvido em escândalos de outros Governos passados; que eu respondia por escândalos de outros Governos passados e que a sociedade já conhecia, e que conclamava a sociedade. Dois dias depois, eu impetrava no Supremo Tribunal de Justiça, no STJ, esta queixa-crime contra o Governador do Estado do Acre. E, hoje, esta queixa-crime está no Supremo Tribunal de Justiça. Foi dada, dia 27 de outubro, minha entrada. O andamento encontra-se na mão do Ministro Nilson Naves, na Corte



Especial, e vai ser pedida autorização à Assembléia Legislativa para processar o Sr. Governador do Estado.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – O senhor alega o que aí, na ação?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Nessa queixa-crime, injúria. Mentiu com relação a mim. Eu quero que ele prove, eu quero que o Governador do Estado do Acre prove um ato ilícito meu do Governo passado, um ato, um processo meu que eu tenha respondido. Eu quero que ele prove qualquer coisa do que ele disse naquela nota com relação à minha pessoa. Então, ele não vai provar no discurso, não. Agora, não. Ele vai provar no STJ; ele vai provar na Justiça Federal, no Supremo Tribunal de Justiça.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Mas parece, Deputado — não sei se essa é a sua opinião —, que ele não levou muito a sério, então, o depoimento da D. Marluce, porque levou mais de 40 dias para tomar as providências.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Mas ele nem levou, e ali... Outro fato — e aí eu fiz colocar também na narração — que me estranha, estranha... Eu quero, de público, de público, deixar, assim, a minha alegria e satisfação com vários atos que vêm sendo praticados pelo Ministério Público do Estado do Acre, mas também deixar de público outras questões. Tem alguma fiscalização desse Governo do Estado do Acre impetrada pelo Ministério Público do Estado até hoje?

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Ah, se tem, não foi levada a conhecimento público.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Não tem, não tem. Ninguém tem nem conhecimento. Sobre o caso da Secretaria da Educação, até hoje ninguém moveu uma palha; sobre o caso da denúncia que eu fiz lá na Câmara, o Ministério Público nunca moveu uma palha. Agora...



**O SR. ANTONIO MUNIZ** – De qual denúncia que o senhor fala?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Da Câmara, aquela questão dos cargos de IBS.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Ah, os cargos comissionados.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Agora, uma coisa me estranha: por que as mulheres de alguns membros do Ministério Público estão empregadas no Governo do Estado? Então, fica difícil, fica muito difícil um promotor de Justiça fiscalizar um Governador do qual... o Governador que empregou a mulher dele.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – O senhor poderia citar nomes de algumas pessoas que foram beneficiadas?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Eu quero que eles digam que eu estou mentindo. Eu não vou citar o nome hoje, não, mas eu quero que o Ministério Público diga que eu estou mentindo.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Quantos tem? Um, dois, três, mais ou menos?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Não, eu quero que qualquer um deles diga que é mentira, para eu vir aqui, da próxima vez, dizer os nomes das mulheres. Assim como dentro do Ministério Público existe o apadrinhamento...

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Apadrinhamento no Ministério Público?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Apadrinhamento de pessoas parentas do Governador, de parentes do Governador. Então, qual é a moral que um membro do Ministério Público vai ter de fiscalizar um Governador, com a mulher dele empregada?

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Aproveitando, Deputado, qual a sua opinião, qual a sua visão com relação ao nepotismo?





**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Ao nepotismo? A minha opinião é simples: O Dr. Cosme, que começou uma campanha com relação ao nepotismo e que merece todo o nosso apoio...

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Com certeza absoluta.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – ... com certeza absoluta, parou. Por quê? O Tribunal de Justiça do Estado do Acre, que tinha parentes, que inclusive tinham sido concursados, que trabalhavam em cargos de confiança dos desembargadores, tomou a decisão: afastou todos os parentes do Governo do Estado. A **Folha de S.Paulo** publicou uma lista de parentes empregados. O Dr. Cosme parou. Eu queria que ele tivesse ido avante, que ele tivesse exigido do Governador... É isso que eu te digo: chega a um ponto em que o cidadão não pode caminhar mais. Por quê? Porque lá está o parente, porque lá está a mulher, porque lá está o tio, porque lá está não sei quem, e aí é um verdadeiro nepotismo, é uma verdadeira irresponsabilidade. Parabéns pelas coisas corretas que estão fazendo, mas minhas críticas também pelas coisas que não são legais.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Deputado, a Imprensa Nacional começou fazendo muito sensacionalismo com relação à sua pessoa e depois parou. Na sua opinião, por que então essa parada estratégica?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Muniz, as minhas colocações foram claras desde o dia em que cheguei. Eu contei a história do jeito que ela é, desde o primeiro dia, e eles não conseguiram me vincular, de forma nenhuma, àquilo que eles queriam, porque não tem como me vincular. Porque eu não faço parte, nunca fiz parte de nenhum complô, de nenhuma armação, de nenhuma coisa dessas.



**O SR. ANTONIO MUNIZ** – O senhor foi acusado de integrar o grupo de extermínio, o narcotráfico, e por aí afora.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Isso só para você ter conhecimento: o único depoimento que eu li da CPI do Narcotráfico é de um ex-delegado, que eu não conheço, o delegado Ademar, dizendo que eu podia ser...

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Ademar Frota.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Ademar Frota.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Mas esse rapaz, segundo a ADEPOL, ele está precisando mais é de solidariedade e não de repressão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Pois é. Eu inclusive verifiquei uma entrevista da secretária Salete Maia, e a secretária disse que ele era um louco, inclusive, na entrevista. Eu li lá na CPI do Narcotráfico. Ele denuncia mais de seiscentos nomes de pessoas no Estado do Acre.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Não escapou nem o bispo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – E, com relação a mim, ele não disse que eu fazia parte de grupo de extermínio. Ele disse que eu possivelmente deveria ser um colaborador. Está lá escrito. Foi a única coisa que eu verifiquei contra mim, e eu fui lá e me posicionei. Nunca fiz parte. Na sociedade, as pessoas que me conhecem nunca me viram andando com determinadas pessoas que são ligadas a narcotráfico, a grupo de extermínio. Não fiz parte, não faço parte, nunca vou fazer, tenho certeza, porque sou um pai de família, vivo para a minha família. Aqui no Estado do Acre, quero que alguém me diga mesmo assim: Eu vi o Alex em bar, eu vi o Alex em boate, eu vi o Alex acolá. Não, não tem. Eu vivo dentro da minha casa; é da minha casa para o meu trabalho. Agora, pessoas que me acusaram, pessoas que



me acusaram, que vivem em orgias, 3, 4 horas da manhã, dentro de boate, fazendo filazinha, um atrás do outro... E foram essas as pessoas que se acharam com moral para acusar um homem como eu.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Uai! Quem anda fazendo filazinha nas boates?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Tem aí algumas pessoas dessas que me acusaram — e eles sabem de quem eu estou falando — que vivem fazendo filazinha de três, quatro homens andando um atrás do outro.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Trenzinho.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – É, trenzinho. Trem da alegria.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Deixa o trem para lá, então.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Deixa o trem para lá.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Deputado, o senhor, apesar de ter se defendido previamente, mas o senhor sabe que ainda vai enfrentar muitas dificuldades pela frente. O senhor acredita que vai sair ileso de todo esse processo, sobretudo desse processo envolvendo a Câmara Municipal?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Olhe, Antonio Muniz, a minha principal, a minha principal luta para o ano 2000 é fazer com que a Câmara autorize a minha quebra de imunidade parlamentar, para eu responder no Supremo Tribunal Federal.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Qual a sua visão, qual a sua opinião?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Esse processo com relação à Câmara, esse processo eu quero responder no Supremo Tribunal Federal, para que eu seja julgado culpado ou inocente. Julgado culpado, aí a Câmara pode até abrir um processo de cassação com relação a mim. Se julgado inocente, aí eu quero



voltar para o Estado do Acre e dizer de pronto aos meus adversários: eu fui considerado inocente pelo Supremo Tribunal Federal. Agora, cabe a vocês ir contestar o Supremo Tribunal Federal.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Qual a sua visão com relação à CPI do Narcotráfico?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Ah, Muniz, eu tenho uma visão com relação à CPI do Narcotráfico que tem dado ao País uma contribuição muito importante, muito importante. A Câmara Federal hoje pode se orgulhar de dizer que deu ao País... Porque estão sendo passados a limpo vários fatos, estão vindo à tona vários escândalos, estão vindo à tona vários questionamentos, várias coisas de Estado, problemas de Estado, que estavam acobertados há anos e anos. Então, a Câmara Federal está dando essa participação. Tem alguns equívocos, mas, com certeza, na grandeza da sua essência, o trabalho é bonito.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – E, entre esses equívocos, estaria aquele em que eles anunciaram a sua quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, quando, na verdade, não tinham feito, de fato? Mas eu quero a resposta só depois do intervalo, está certo?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Está certo.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Continuem com o **Canal Verdade**. Já, já tem mais novidade.

*(Intervalo.)*

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – De volta ao seu vídeo o **Canal Verdade**, esse programa alegre, descontraído, sempre depois do **Jô Soares Onze e Meia**, aqui na



TV Rio Branco. É o SBT, a TV Rio Branco, o SBT, mostrando sempre o melhor para você. Aqui você vê o que você não vê nas outras tevês.

Eu tenho o prazer de voltar a conversar, nesta entrevista exclusiva, com o Deputado Federal José Alex, do PFL, do Acre.

Deputado, com relação à pergunta anterior, fique à vontade para respondê-la.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Antonio Muniz, então, quando eu cheguei na Câmara Federal, que a imprensa...

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Levando em conta que ninguém é perfeito, né? Aliás, só não erra quem não faz, não é?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Mas deixando claro que, quando eu cheguei à Câmara Federal, a mídia nacional estaria me vinculando à CPI do Narcotráfico, a grupo de extermínio, a sucessor de Hildebrando, à ligação com Hildebrando, essa questão toda. Então, qual foi o meu primeiro procedimento? Fiz um ofício à CPI do Narcotráfico, me colocando à disposição, isso dia 27. Dia 28, eles receberam esse ofício, e aí o Deputado Moroni Torgan...

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Que é o Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – ...observando a mídia, observando aquela coisa toda, disse: “tudo bem, vamos trazer o Deputado aqui, mas antes vamos quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico dele”. E decidiram quebrar o meu sigilo bancário, fiscal e telefônico. Já tinham sobre mim, assim, informações de que eu era um bilionário, que eu era dono de avião, de apartamento, era dono de um bloco de andar aqui no edifício, esse edifício aqui do João Albuquerque, aqui no centro.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Ah, o Centro Empresarial.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – O Centro Empresarial, que eu tinha um andar todinho só meu, ali no Centro Empresarial Rio Branco, que eu era dono de fazenda com dez, doze mil cabeças de gado e que eu tinha aviões, que eu tinha isso, que tinha aquilo; que tinha apartamentos em Fortaleza etc. Então, chegaram lá e disseram logo: “então, vamos quebrar logo o sigilo bancário e telefônico desse homem para saber onde foi que esse homem conseguiu tudo isso”. Agora, a única coisa que eu tenho é um carro, que eu comprei parcelado do Dr. Matias; uma chácara, que eu comprei, parcelada, do Dr. Militão, Dr. Militão; e tem um terreno, que eu comprei, parcelado, de um cidadão, que é 13 por 30 de fundo; comprei de um cidadão que trabalha ali na Praça da Bandeira, tem um bar na Praça da Bandeira, não me lembro o nome. Só tenho essas três coisas. E a minha casa, que eu comprei trocando um carro e uma casa que eu tinha lá no Tancredo Neves, que é a casa que eu moro. Então, são os quatro bens que eu tenho até hoje. Mas, lá, eles estariam recebendo um milionário do Acre. Então, foram logo quebrando o meu sigilo bancário, fiscal e telefônico. Cometeram alguns erros, porque eu, Parlamentar, Primeiro-Secretário da Câmara, acostumado a verificar o trâmite das coisas, mandei pedir cópia da ata. Aí disseram que a ata não estava pronta. Pedi as notas taquigráficas. Quando chegara as notas taquigráficas, observei que não tinha sido votada a quebra do meu sigilo bancário, telefônico e fiscal. Disse: Não foi votado, não foi colocado? Não, não foi votado. Aí pedi a ata novamente. Mas aí, quando a ata veio, veio com a votação. Eu estranhei, porque não estava nas notas taquigráficas, mas estava na ata. Aí eu pedi a fita de vídeo e a fita de áudio. E não estava nem na fita de áudio e nem na fita de vídeo.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Então, tinha algo errado.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Algo estava errado. Eu fiz, através do meu advogado, um comunicado ao Supremo, e o Supremo decidiu pela não-quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, porque não havia cabimento para aquilo acontecer. E quando eu observei que eu levei a minha declaração de Imposto de Renda e apresentei lá, e que, no outro dia, estava no jornal do Sul do País, dizendo que eu estava mentindo, aí eu disse: não, comigo estão querendo brincar. E aí eu busquei os meios legais, a Justiça, para me dar e resguardar os meus direitos.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Ou seja, se não fosse esperto, teria dançado?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Mas com certeza absoluta.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Deputado, até que ponto tem sido importante o apoio, a seu favor, da bancada evangélica, composta por 66 Deputados de vários partidos, inclusive dos partidos de esquerda?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Olha, a primeira coisa, quando eu cheguei a Brasília e tive a oportunidade de conversar com os evangélicos e com o Deputado Inocêncio, Líder do PFL...

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Aliás, o senhor é evangélico há quantos anos?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Eu sou, desde os 12 anos de idade. Quando nós morávamos no Calafate, lá eu aceitei Jesus numa igreja. Aí me desviei algum tempo. E agora... quando me elegi Vereador pela segunda vez, depois que eu me elegi foi que eu fui para a igreja novamente.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Está certo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Então, lá, os evangélicos... Eu digo: eu não estou aqui buscando apoio de ninguém no sentido de acobertar nada meu, assim como eu disse ao Deputado Inocêncio. Eu só quero a oportunidade de



ser ouvido, expressar aquilo que eu sei, expressar os meus sentimentos e provar também a minha verdade, porque ninguém é dono da verdade. Eu não sou dono da verdade, e o Sr. Jorge Viana e o PT também não são donos da verdade, assim como o Ministério Público também não é dono da verdade. Se é Justiça... Para isso existe a Justiça. Existe alguém para acusar, mas também existe alguém para defender. Do jeito que você pode acusar um cidadão, o cidadão também tem o direito de se defender. Então, a Justiça e as leis do País têm de ser observadas e têm de ser cumpridas. Para isso a Justiça resguarda o direito de cada cidadão. Está na Constituição.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – E o senhor continua acreditando na Justiça do seu Estado?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Ah, com certeza. Na Justiça do meu Estado e na Justiça do meu País. E a Justiça está aí provando e dando, a cada dia... A justiça pode até tardar, porque não existe justiça rápida — você não pode também julgar um ato rápido —, mas ela nunca falha. E as falhas que tem são corrigidas pela própria Justiça.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – O Líder da bancada do seu partido, o PFL, Deputado Inocêncio Oliveira, que é ex-Presidente do Congresso, indicou o senhor para compor...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Futuro Presidente.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Futuro Presidente. É candidatíssimo, não é?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – É candidato da Câmara.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – O Deputado deve voltar, não é? Bom, ele indicou o senhor para compor, como membro efetivo, a Comissão de Finanças e Tributação





e também para atuar como membro da Comissão de Agricultura no Congresso Nacional. O senhor acha que começou aí a sua reação?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Eu me preparei — até disse para o Deputado Inocêncio —, me preparei este ano para, na Câmara Federal, só me defender, me defender, me defender, me defender. Quando o Deputado Inocêncio Oliveira oficializou, mandou esse ofício para mim e fui lá conversar com ele, eu disse para o Deputado Inocêncio: "Olha, Deputado, eu respondo hoje a algumas acusações. Acho que esse não é o momento. Eu, lá no Acre, quando comecei a responder a acusações na Câmara Municipal, a primeira coisa que eu fiz, como Presidente da Executiva Municipal do PFL, foi fazer um ofício ao PFL, deixando-o à vontade. Disse que eu era Presidente da Executiva Municipal, mas, por estar envolvido nessas questões, ele podia ficar à vontade para nomear qualquer outro Presidente, porque eu quero me defender. Quando eu provar que sou inocente... Porque, quando alguém acusa alguém, aí você tem de provar que é inocente... Então, eu já fui acusado por algumas coisas. Tenho de provar minha inocência, ou alguém então provar que eu sou culpado. Assim como eu já acusei alguém, alguém também, das mesmas acusações que eu o acusei, então ele vai ter de provar que é inocente, ou então eu provar que a pessoa é culpada. Então, eu deixei ele bem à vontade. Mas disse para ele que a questão na Câmara... poderia haver problema para o partido. Mas, não; o partido foi firme. Disse: "Não, Deputado, você é Deputado do PFL, vai assumir o trabalho que nós estamos lhe dando, a não ser que você insista mesmo em não assumir. E o PFL acredita no seu trabalho, rapaz. Vá lá e dê a sua colaboração para o seu Estado, para o nosso País". E eu aceitei o trabalho. Estou muito satisfeito na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.



É uma Comissão ampla. Você pode imaginar que toda a questão salarial do País passa por essa Comissão: a questão dos magistrados, a questão dos Congressistas e também a questão das bolsas de valores, de empréstimos internacionais, a questão do FMI, a política bancária do Banco do Brasil, a política salarial implantada pelo Governo Federal. Então, tudo, todas essas questões passam nessa nossa Comissão.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Como é que o senhor se sente hoje dentro do seu partido, o PFL? Há um espírito de solidariedade, de respeito com os demais colegas pefelistas em relação à sua pessoa?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Existem duas coisas de você mostrar que tem apoio ou não: existe aquela questão da palavra, da fé das pessoas, de bater no seu ombro, e existe aquela outra, da ação. Então, o PFL, para mim, dentro da Câmara Federal, agiu. Agiu num momento que eu não esperava, que era um momento difícil, ainda, para mim. Então o PFL me colocou na Comissão mais importante. Aquele, sim, foi um ato de dizermos assim: o PFL confiou na minha pessoa e eu vou retribuir essa confiança. Existe a questão da palavra e a da ação, e o PFL teve ação em relação a mim, no momento em que algumas pessoas diziam: "Seria bom que o Deputado não se sentasse conosco para discutir esse assunto, até resolver os problemas dele".

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Aliás, o Senador Tião Viana, que hoje é o Líder da bancada federal do Acre, em Brasília, cargo assumido até certo tempo pelo Senador Nabor Júnior, chegou a propor a sua exclusão ou a sua não-inclusão na bancada federal. Como o senhor reage a esse tipo de coisa?



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Falta ao Senador conhecimento, para começar. Quem é o Senador Tião Viana para excluir um Deputado Federal de bancada?

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Quero justificar por que o senhor está sendo acusado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Não tem justificativa. Ele tem de se basear no Regimento Interno da Câmara. No Congresso ele não tem essa autonomia.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Ou seja, pode explicar, mas não explica.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Não justifica. Para ele, primeiro, falta conhecimento. Agora, vou lhe dizer, com toda sinceridade: não sei quem colocou na cabeça do Senador Tião Viana que eu desejo sentar com S.Exa. e com a bancada do PT numa mesa. Não sei quem foi que colocou na cabeça desse cidadão, porque não tenho o menor interesse em sentar e conversar.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Mas em algum momento o senhor vai ter de sentar, em nome do Acre, em nome do nosso povo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Mas não tenho nenhum interesse em sentar com essa turma, o senhor pode ter certeza disso. Não sei quem colocou na cabeça do Senador Tião Viana que eu sentaria com ele. Vou fazer o possível e o impossível para nunca sentar na mesma mesa que o Senador Tião Viana.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Mas essa sua postura oposicionista ao Governo do Estado não significa dizer que o senhor vai atrapalhar os interesses do Acre em



Brasília. O senhor vai sempre trabalhar em defesa da liberação de recursos, que é muito difícil lá, ou não?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Tanto que, só para o senhor ter uma idéia, trouxe aqui o recibo de entrega das emendas que apresentei. Apresentei emendas para o Município de Cruzeiro do Sul; 150 mil reais.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Deixa eu mostrar aqui, que fica mais perto. Está focalizado aqui, por gentileza?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Para o Município de Cruzeiro do Sul, 150 mil reais; Senador Guiomard, 150 mil reais; Rio Branco, 150 mil reais; Assis Brasil, 150 mil reais; Feijó, 150 mil reais; Sena Madureira, 150 mil reais; Manoel Urbano, 150 mil reais; Acrelândia, 150 mil reais; Brasiléia e Epitaciolândia, 150 mil reais para cada Município.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Mais de um milhão de reais aqui.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Um milhão e meio de reais para projetos que tratam de ensino fundamental para jovens e adultos.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Há chance de esses recursos serem realmente liberados?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – O Parlamentar que tiver partido forte libera.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – E o seu partido é o mais forte na Câmara?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – É o mais forte na Câmara. O Parlamentar que tiver partido forte libera. O Parlamentar que tiver partido fraco fica só nas emendas. Espero, no ano 2000, trazer esses recursos para cada um desses Municípios.



**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Deputado, o Presidente Fernando Henrique Cardoso veio aqui, há mais ou menos noventa dias, e assinou um monte de papel. Mas, de fato, recursos — o que é bom — ainda não foram liberados. V.Exa. acha que isso não vai passar apenas das boas intenções?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Você já ouviu a história da Maria e da Joana?

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Maria e Joana eram duas pessoas que enganavam elas mesmas.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Isso está acontecendo?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – É o que está acontecendo entre o Governador Jorge Viana e o Fernando Henrique Cardoso, nosso Presidente da República. O Presidente da República usa o Governo Jorge Viana no momento em que a Amazônia está em foco em âmbito internacional. Então o Presidente da República precisa dar uma satisfação para os organismos internacionais e diz bem assim: "Inclusive o Governador do Acre, do PT, que é de oposição... Inclusive já fui lá a convite dele e tudo o mais". E o Governador do Estado do Acre engana o Presidente da República atrás de recursos financeiros para o Estado. Está um querendo enganar o outro.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – E o povo se engana.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – E o povo é enganado. Só espero, como Parlamentar, que o recurso venha. Eu mesmo já fiz vários ofícios aos Ministérios e ao próprio Presidente da República querendo informar — não quis pedir ao Governo do Acre —, depois da vinda do Presidente, o que veio de concreto.



Quantos milhões vieram. Da próxima vez em que eu vir ao seu programa, direi, entre todas aquelas promessas, o que realmente veio até hoje.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Então, Deputado José Aleksandro, se entendi bem seu raciocínio, o senhor acha que essa viagem do Fernando Henrique Cardoso ao nosso Estado foi mais benéfica para o Governo dele do que para nós?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Mas com certeza. Você pode observar, Muniz: no contexto político do País, o que o Acre representa?

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Praticamente nada.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Zero vírgula dois por cento do contexto de voto.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – É o mesmo que Santa Rosa para o nosso Estado; não menosprezando, é claro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – O Estado do Acre tem sua importância. Temos 545 mil habitantes. Então, politicamente, qual o interesse de ser ajudado aqui, se os Parlamentares Federais do Acre, os Senadores, as pessoas não se integrarem e não se unirem para trazer recurso para o Acre? Você acha que Fernando Henrique Cardoso vem até aqui mandar recursos? Para quê? Fernando Henrique Cardoso tem a seguinte visão sobre o Congresso: votem a favor de meus projetos que eu libero recursos e ajudo os seus Estados. Quando ele veio ao Acre, veio para dar satisfação ao exterior e ao País sobre os índios que estavam conversando com eles lá no meio da floresta. Mas nunca veio enfrentar os problemas sociais que a população vive no Estado.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Deputado, o senhor e a sua família receberam ameaça de morte? Ou seja, o senhor, lá em Brasília, correndo risco de ser cassado,



na primeira semana em que assumiu o mandato, pois estavam todos unidos contra V.Exa, e aqui a sua família sofria ameaça de morte. Como o senhor conseguiu suportar todo aquele tipo de pressão?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Deus. Foi Deus que me deu tranqüilidade, serenidade, conforto espiritual para eu suportar toda aquela fase. As ameaças que sofri foram em virtude de eu ter ido à CPI do Narcotráfico. Não sei se lhe mandei as fitas e se vocês já tiveram oportunidade de assistir a elas. São seis horas de depoimento. Mas, na CPI do Narcotráfico, mostrei algo interessante que o Estado do Acre não sabe, ninguém sabe aqui. Alguém sabe o que foi deletado do que a Naluh Gouveia disse, quando foi à CPI do Narcotráfico?

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Em linhas gerais, o pessoal lembra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – O depoimento da Deputada Naluh Gouveia é algo que eu nunca tinha ouvido. Ela disse na CPI que Cruzeiro do Sul é um antro de tráfico de cocaína. Ela citou uma pessoa, o empresário Abraão Cândido, como chefe da organização.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Ela sempre repete isso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Mas ela foi mais além. Ela disse quanto ele retirava de cocaína do Peru, quem ia buscar nos aviões, quanto tirava por semana — 300 a 400 quilos de cocaína —, por quanto compravam e vendiam a droga, quanto e onde ele vendia em Manaus, que um avião com cocaína havia sido queimado. E ela deu um depoimento altamente... Disse o nome de todas as pessoas, citou vários empresários. Daí, eu comecei a observar os recortes de jornais. Está lá Jorge Viana andando num avião do Abraão Cândido — o mesmo avião que a Deputada Naluh disse que traficava cocaína. Quando dei fé, estavam lá



as declarações do empresário Abraão Cândido, no jornal local, esculhambando-me, pedindo-me respeito, dizendo que iria me processar, porque um jornal do Sul do País noticiava que eu havia dito que ele era um monstro. Eu nunca disse isso, pois não conheço Abraão Cândido.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – O senhor foi em cima do que ela falou, então?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Com certeza. Eu nunca disse isso, porque não conheço o Abraão Cândido, não conheço suas operações, como a Deputada Naluh conhece. Foi ela quem disse. Mas, aí, eu disse: "Se o Deputado Abraão Cândido é isso e financiou a campanha do Jorge, por que vocês não trazem o Governador Jorge Viana aqui? Por que vocês não trazem também o Abraão Cândido aqui e fazem uma acareação entre os dois?" Isso eu disse à CPI do Narcotráfico. Eu levei os documentos e mostrei.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – O senhor queria uma acareação entre os dois?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Era.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Para saber quem financiou a campanha, quem vendeu o avião?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Se o Sr. Abraão Cândido é realmente chefe do cartel da droga, o Governador Jorge Viana foi financiado pelo cartel da droga, porque ele disse isso nos jornais, ele entregou os aviões, ele disse que deu dinheiro. A Deputada Naluh disse que ele era tudo aquilo. Então, alguma coisa está errada nesse negócio.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Deputado, muitíssimo obrigado pela sua entrevista. Acredito que o telespectador tenha gostado, porque ficou mais informado,





mais atualizado. Muito obrigado, de coração. Que o senhor tenha boa sorte lá em Brasília, como nosso representante no Congresso Nacional.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Quero agradecer a todos os irmãos evangélicos e não-evangélicos. A coisa que mais me gratificou foi ver pessoas no Rio Grande do Norte, na Bahia, no Ceará e no Acre, em todos os Municípios, em campanha de oração. Isso foi muito gratificante. Agradeço a todas as pessoas a simplicidade, a seriedade para comigo. Continuarei sendo esse Alex autêntico aqui no Acre, como cidadão normal, em Brasília, como Deputado Federal. Continuarei o amigo de sempre.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – Sucesso para o senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Muito obrigado.

**O SR. ANTONIO MUNIZ** – O Canal Verdade, hoje, fica por aqui.

Obrigado por sua audiência, boa noite, até amanhã, se Deus quiser.

**(Não identificado)** – A gente vai conversar aqui com o nosso Deputado Federal José Alex. A nosso convite o Deputado vem aí para mais uma entrevista.

Gostaria que o senhor falasse sobre a crise energética no Estado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Quero chamar a atenção de todos os telespectadores no sentido de resolver o problema que você tem aí na sua residência, com relação à energia elétrica. Se você comprar um aparelho que consome um pouco mais de energia, muitas vezes...

**(Não identificado)** – Em relação às suas atividades lá em Brasília, atuando como Parlamentar, o que tem de novidade nessa área, no seu trabalho em Brasília?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Mais uma vez, é um prazer muito grande estar aqui com você. *(Falha na gravação)* ...dessa indústria, ele falou sobre



essa questão patrimonial. E como era dessa região, fiquei preocupado. Hoje, como Deputado Federal, estou pedindo novamente esse levantamento e vou fazer um trabalho para que as reservas naturais do Rio Grande do Norte sejam realmente trazidas e beneficiem com isso o Estado do Acre.

**(Não identificado)** – É um grande passo para o desenvolvimento essa questão de gás natural para a região.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Com certeza. Com isso, com certeza absoluta, *(ininteligível)* tão sonhada pelos acreanos e tão prometida pelos que estão no Poder. Então, a Faculdade de Medicina *(falha na gravação)*, contrato com o Ministro da Educação. Uma vez que eu não conhecia esse contrato, ele pediu para eu indicar um Município do Estado do Acre... Principalmente na questão das taxas de juros pagas pelos países ao FMI...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**(Não identificado)** – Como é que o senhor está vendo o que está acontecendo hoje na Câmara Municipal de Rio Branco? Eu tenho certeza de que o senhor tem conhecimento em relação a alguns Vereadores, à Mesa Diretora e ao Prefeito Mário Sérgio.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Eu quis me reportar a essa questão exterior na época em que fui Vereador na Câmara Municipal de Rio Branco. O Prefeito Mário Sérgio tinha uma base de sustentação na Câmara Municipal de Rio Branco. Foi a mesma base que elegeu a primeira Mesa Diretora da Câmara, composta pela Vereadora Gisele Nascimento, pelo Alex, 1º Secretário, pelo Vereador Aloísio, 2º Secretário, e pelo Vereador Afonso. Havia um outro Vereador *(ininteligível)*, que foi Vice-Presidente nos dois primeiros anos. Depois, o Prefeito



consolidou essa base de apoio, que era composta... A população, às vezes, esquece os números, esquece rápido quem realmente apoiou a Prefeitura, os projetos do Prefeito, quem estava ao lado da Prefeitura. Às vezes, ao final do mandato...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis)*

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – E o nome de um Senador da região, PT do Acre...

**(Não identificado)** – O Senador Tião.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – E essas pessoas que seguem as orientações. Então, a minha família tem sofrido muito. A minha avó e a minha mãe se encontram em Brasília, em tratamento de saúde. Eu tenho uma tia, minha professora...

**(Não identificado)** – Ela até mandou uma cartinha hoje. Eu li a carta que ela mandou em sua defesa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Minha tia é minha professora. Foi uma tia que me acompanhou na campanha. Avisei muito a ela. Eu conheço o Governo do PT, minha tia. Conheço esse Jorge Viana da época em que foi Prefeito. É uma pessoa que persegue. Essas pessoas do PT são perseguidoras. Tia, não vote nesse pessoal do PT. Ela disse: "Não, eu vou votar na Analuh e no Jorge Viana". E votou. Hoje ela é uma professora que não tem a menor condição de ir à sala de aula, não tem a menor condição de conversar. É uma pessoa nervosa, que começa a tremer.

Então, o que esse cidadão fez e está fazendo com a minha família é uma mesquinaria muito grande. O que temos feito é orado. Para esses meus inimigos,



eu sempre leio o Salmo 109. Como evangélico, eu oro e peço a Deus para que eles possam acertar, todos os dias. Olha, Sr. Governador e meus inimigos políticos, tudo o que desejo para o senhor é o que está escrito no Salmo 109, quando Davi pediu justiça divina para o seus adversários e pediu misericórdia a Deus. Então, o Salmo 109 é tudo aquilo que desejo a V.Exa. e às pessoas que me atacam.

Com relação às denúncias que tenho feito em Brasília, não só levei ao conhecimento das autoridades, do Ministério Público Federal e da própria Justiça, mas tudo aquilo que vi fazendo no Estado do Acre. Aquilo que é público e notório... Elegeram-se com o dinheiro do narcotráfico, são apoiados pelos narcotraficantes, têm composições políticas com os Governos... Por exemplo, com o Governador Orleir Cameli e outros que, hoje, são acusados.

Todo esse lamaçal — essa história do Ministério Público, da ligação com o Palácio Rio Branco, dos promotores perseguindo e essa coisa toda — já se encontra no Ministério Público Federal. Em relação a essas últimas denúncias que aconteceram no Acre, fui diretamente ao Brindeiro, levei as fitas, dei conhecimento e pedi abertura de uma ação penal, uma ação civil pública contra o Governo do Estado do Acre e contra o Ministério Público Federal.

**(Não identificado)** – Estadual, no caso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Estadual. Recorri ao Ministério Público Federal. Então, vou sempre buscar nessas instâncias, que é o meu papel, como Deputado Federal. Não vou trocar bate-boca com o Governo. Vou buscá-lo na Justiça...

**(Não identificado)** – O senhor tem mágoa do Governador?



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Olhe, para se ter uma idéia, esses episódios que envolveram o meu nome, o irresponsável do promotor — aquele que não deveria ser chamado de promotor —, aquela pessoa que fez aquela palhaçada toda responde a três processos no Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Aquele juiz irresponsável, em conluio com o Ministério Público, às 5 horas, às 6 horas da tarde, em despacho de seis laudas, com disquete pronto — foi reconhecido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre —, decretou uma prisão para pegar aquela imagem e passar para o Brasil. Foi uma prisão de dez minutos, quinze minutos, revogada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre, contra a minha pessoa. Está representada no Tribunal de Justiça do Estado do Acre uma intimação contra ele.

O Governador Jorge Viana colocou uma nota, querendo aparecer, nas cidades, nas capas de jornais contra a minha pessoa, dizendo que estava sendo ameaçado de morte, que ia morrer. Por isso, entrei com uma ação no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. E o Ministro deu a oportunidade para ele se defender daquela ação.

**(Não identificado)** – Essa ação...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – É uma ação penal.

**(Não identificado)** – Essa ação penal que está chegando na Assembléia Legislativa...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Já chegou.

**(Não identificado)** – Já chegou na Assembléia Legislativa?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Já chegou.



**(Não identificado)** – ...pedindo autorização para o Governador ser processado, se refere justamente a esse fato?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – A esse fato. Além do Governador, o Ministro abriu espaço para ele se defender. O que fez o Governador do Estado do Acre? Contratou uma banca de advogados daqui. Eú acho que essa banca de advogados nunca fez uma petição ao STJ. Eles fizeram uma petição tão malfeita... O pior de tudo é que o Governador negou que tinha assinado a nota. Disse que não tinha feito aquilo, porque não desejava ser processado. Queria que o Ministro acatasse. Então, contou mil mentiras e botou a culpa no seu assessor de imprensa, Anibal Diniz.

Fez uma petição de três linhas. O início da nota dizia assim: "Quando assumi o Governo, já sabia que ia enfrentar todos esses problemas..." Quem assumiu o Governo foi o Governador ou Anibal Diniz? Quem assina pelo Governo do Estado? É o Governador ou Anibal Diniz? Então, o Ministro desconsiderou aquele argumento, acatou a ação penal e pediu autorização à Assembléia Legislativa.

**(Não identificado)** – Deputado, quais são as conseqüências de uma ação penal como essa?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – As conseqüências são gravíssimas. Para começar, se for cumprir a Constituição Estadual e a Assembléia Legislativa der autorização — ouvi falar que estavam querendo modificar a Constituição Estadual —, ele já teria de se afastar para responder e quem teria de assumir era o vice.

**(Não identificado)** – Não permanece no cargo?



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Tinha de ser afastado por pelo menos 120 dias...

**(Não identificado)** – O senhor acredita que a Assembléia vai autorizar?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – A gente espera isso. A Assembléia passa por um processo de moralização, a cada dia que passa. Falam que vão liberar todos para serem processados. Cabe à Assembléia tomar essa decisão. Cumpri meu papel de cidadão brasileiro.

**(Não identificado)** – Deputado, em relação a essa questão, houve uma reação muito violenta. O Líder do Governo, por exemplo, fez a defesa do Governo na Assembléia Legislativa, fazendo graves acusações contra o senhor. Como o senhor vê essas acusações?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Tomamos conhecimento dessas acusações em Brasília. Nosso assessor passou fax de matérias que saíram no jornal **A Tribuna** e no jornal **A Gazeta**, informando que o Líder do Governo, desesperadamente, me atacou. O Parlamento deve ser composto de homens equilibrados.

Naquele mesmo dia aconteceu um fato interessante, que, com certeza, não faz parte de minha vida. Recebi um telefonema em Brasília. Disseram-me que um senhor do Estado do Acre, Sr. João, queria falar comigo. Quando atendi o telefone, o Sr. João disse-me: "Sou uma das vítimas desse moleque que se chama Edvaldo Magalhães". Perguntei qual era o assunto. "Estou querendo passar algumas informações sobre Edvaldo Magalhães". Informei-lhe que não me interessavam os problemas do Deputado Edvaldo Magalhães. "Preciso lhe dar ciência, Deputado.



Esse rapaz não tem moral para sair acusando ninguém. Esse rapaz assumiu a Presidência da CPI do BANACRE devendo um absurdo”.

(Não identificado) – Presidência da CPI.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – “Até hoje não foi citado. Prendeu as pessoas nas ruas, como se fosse o paladino da moral e dos bons costumes”. Ouvi atentamente aquele cidadão. “O pior de tudo, Deputado, é que esse homem é viciado em cocaína”. Já sei disso e a sociedade do Acre também, mas eu não quero entrar nesse ponto. “Vou mais além, Deputado: esse rapaz faz orgia em sua casa. Chega altas horas da noite. *(Falha na gravação.)* ... um sistema... *(Falha na gravação.)* Uma esculhambação”.

Cito esse exemplo para mostrar como funciona a política no Estado do Acre. Se eu fosse um irresponsável, hoje, com certeza absoluta, não mereceria estar na Assembléia Legislativa representando a sociedade. Mas a sociedade também tem de ter representantes, principalmente os viciados em drogas têm de estar lá representados. O Deputado Edvaldo Magalhães representa essa parcela da população: os viciados em cocaína e maconha. Esse rapaz precisa de um tratamento. Podem observar a magreza dele. Ele é esquelético, fica o tempo todo pegando no nariz. Ele está ansioso com todas essas questões.

Desejo que o Deputado Edvaldo Magalhães faça um tratamento, se recupere, cuide bem de sua casa, de sua família, de sua esposa. Que as palavras do Sr. João não sejam verdadeiras, porque um homem que, envolvido com drogas, chega a expor sua mulher, sua família é uma pessoa muito baixa, que não merece estar numa Assembléia Legislativa. Se estiver na Assembléia Legislativa, com certeza





absoluta estará única e exclusivamente representando os viciados do Estado e merece um tratamento de graça (*ininteligível*).

**(Não identificado)** – A produção está avisando que nos restam dois minutos. Gostaria que o senhor desse um desfecho de como está vendo a questão do Ministério Público, Deputado José Aleksandro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – É preciso que a sociedade tome conhecimento de que o dever do Ministério Público é fiscalizar a lei. O Ministério Público não deve estar na televisão. Votamos a reforma do Judiciário na Câmara, em primeiro turno. Ainda haverá outro turno, e estamos abordando essas questões. O Ministério Público é para fazer cumprir a lei. Se a lei está sendo descumprida, o Ministério Público faz acusação na Justiça. A Justiça fará o apuramento dos fatos e a pessoa será condenada ou inocentada. O que acontece no Acre, espero que o Dr. Edmar Monteiro tome essas providências, que o Ministério Público Federal venha averiguar todas essas denúncias. O Ministério Público Estadual estava vindo acusar, julgar e condenar na televisão.

O Deputado Edvaldo Magalhães, que pegou pessoas decentes, ilibadas, pessoas que têm, no Estado do Acre, trabalho, dignidade, pessoas que têm história na sociedade acreana, tentou me desmoralizar. Assim foi no Ministério Público. Mas essas pessoas só tentam, porque não têm moral para desmoralizar ninguém.

**(Não identificado)** – Deputado, chegamos ao final do programa. Quero agradecer sua participação e lhe desejar sucesso em seu trabalho, em Brasília, em defesa do Acre.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ALEKSANDRO** – Agradeço dizendo que quero continuar honrando os 10 mil votos que recebi e honrando a sociedade do Estado do



Acre. Infelizmente, em programas como este, muitas vezes temos de responder determinadas perguntas com respostas que, às vezes, não gostaríamos de dar. Muitas são as preocupações com o Estado do Acre e com o Brasil.

Quero deixar claro uma coisa: aos meus adversários e inimigos políticos recomendo a leitura do Salmo 109. Responderei à altura a tudo o que disseram contra mim, jogando o mesmo jogo. Vou me defender das acusações de que fui alvo e vou relembrar à sociedade dos desequilíbrios sociais dos que me acusaram.

Obrigado pela oportunidade. Foi novamente um grande prazer estar aqui. Que o senhor continue na **TV Rio Branco** com este programa, que leva à sociedade realmente a verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Thomaz Nonô) – Srs. Deputados, essas foram as duas fitas mencionadas na audiência de ontem. Reitero que as restantes encontram-se disponíveis.

Da mesma forma, há uma fita de áudio relativa à audiência reservada da Comissão de Sindicância. Como a audiência foi reservada, não me parece próprio exibi-la nesta reunião do Conselho, aberta à imprensa e a quem queira participar. Ela, entretanto, encontra-se disponível na sala da Comissão — Sala T-5 —, juntamente com as demais fitas de vídeo e de áudio. Todo esse material está disponível.

Reitero que ainda não tivemos a confirmação do depoimento dos procuradores. Amanhã vou tentar entrar em contato com o Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro. Aliás, eles não estão fora do prazo, porque, lamentavelmente, a comunicação que lhes enviamos só pôde seguir na última segunda-feira. Então, é natural que tenha havido uma defasagem.



De qualquer forma, vou conversar com o Procurador-Geral para que, se possível, possamos consertar a situação. Até porque um dos procuradores, em contato informal, referiu-se à modalidade da audiência. Aos procuradores é assegurado o direito constitucional de escolher data e local; a forma da audiência, entretanto, é definida pela Câmara dos Deputados.

Na terça-feira, dia 19, às 14h30min, vamos ouvir as testemunhas Francisco Sandro Alves da Silva, Osmir Lima, Deputado que durante muitos anos teve assento na Casa, e Nara Schirmer Duarte. Na quarta-feira, dia 20, às 14h30min, ouviremos as testemunhas Glorivam Bernardes de Oliveira e Adir de Souza Tolentino. Na próxima semana, haverá a oitiva da totalidade das testemunhas arroladas pelo Deputado José Aleksandro.

Na semana subsequente, Semana Santa, não haverá expediente na Casa. Após os feriados da Semana Santa, deveremos ouvir o Deputado Nelson Pellegrino, cuja valorosa contribuição ainda não nos foi trazida, porque S.Exa. encontrava-se no exterior, e os senhores procuradores, encerrando assim a fase de depoimentos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.